

7.03.05- Antropologia/ Antropologia das Populações Afro-Brasileiras

NA BUSCA DOS DIREITOS PELO EXERCÍCIO DA FÉ: LUTA E RESISTÊNCIA DOS POVOS TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA EM SÃO LUÍS-MA.

Gerson C. P. Lindoso^{1*}, Fabíola F. D. Sampaio² Italo F. S. Vieira³, Lucas S. Diniz⁴, Lucas Vinícius Lima Coimbra⁵; Ricardo N. Carmo⁶; Rychard B. Pereira⁷

1. Antropólogo e Profº EBTT, IFMA SL-CH/ Orientador.
2. Graduanda do Curso de Licenciatura em Artes Visuais, IFMA SL-CH.
3. Aluno de Curso Técnico Integrado em Eventos, IFMA SL-CH.
4. Aluno do Curso Técnico Integrado em Artes Visuais, IFMA SL-CH.
5. Graduando do Curso de Licenciatura em Artes Visuais, IFMA SL-CH.
6. Técnico em Meio-Ambiente-IFMA SL-CH
7. Aluno do Curso Técnico Integrado em Eventos, IFMA SL-CH.

Resumo:

O presente trabalho de pesquisa apresenta algumas propostas determinantes para que sejam discutidas algumas ações importantes no que tangem as promoções de políticas públicas oferecidas pelo governo brasileiro para os povos ou comunidades tradicionais de matriz africana no país, especialmente no Estado do Maranhão, campo de pesquisa observado.

O objetivo Geral da pesquisa foi desenvolver uma reflexão etnográfica sobre o conjunto de ações elaboradas pelo governo do Estado do Maranhão junto aos seus Povos ou comunidades tradicionais de matriz africana no combate ao Racismo Religioso/ Intolerância nos três últimos anos (2015 a 2017). Tivemos como foco principal analisar as manifestações públicas representadas pelas caminhadas afrorreligiosas, encabeçadas por essas comunidades com o apoio governamental, compreendendo um conjunto de parcerias e de protagonistas culturais, como vários tipos de coletivos como FERMA-Fórum de Religiões de Matriz Africana; Rede de Religiões Afro e Saúde; Fórum de Mulheres de Axé-FEMA; Conselho Municipal Afrodescendente-Comafro, entre outros.

Em termos de resultados, percebemos que essas caminhadas afrorreligiosas realizadas dentro desse espaço de tempo estudado, estiveram atreladas a datas importantes no calendário político afrodescendente: o 20 de novembro- dia da Consciência negra (2015 e 2016) e ao dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa no Brasil (21 de Janeiro). Protagonizando politicamente esses atos, estiveram presentes as principais matrizes afro no Estado: Tambor de Mina, Umbanda, Terecô e também Candomblé. Percebemos que a luta por mobilização e conscientização política na atualidade junto aos povos e comunidades de matriz africana em São Luís-Maranhão tem ressurgido como uma possibilidade para que esse segmento possa estar participando e atuando mais de modo democrático no acesso a políticas públicas referentes ao seu universo.

Palavras-chave: Povos Tradicionais de Matriz Africana; Caminhadas Afrorreligiosas; Racismo Religioso-Intolerância

Apoio financeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão.

Introdução:

A proposta da pesquisa em pauta foi focalizar as manifestações públicas (caminhadas afrorreligiosas) das comunidades ou povos tradicionais de matriz africana em São Luís-Maranhão na reivindicação por direitos, acesso à políticas públicas específicas e também pelo exercício de sua fé, através das campanhas contra o Racismo Religioso e a Intolerância na sociedade brasileira. Nos três últimos anos (2015-2017) do governo Flávio Dino no Estado houve uma reorganização e remodelamento das comemorações referentes a algumas datas históricas importantes para o povo negro, dentre elas o 20 de novembro-dia da Consciência Negra e o 21 de Janeiro- dia de combate ao Racismo Religioso/ Intolerância promovidas pela Seir (Secretaria de Estado de Igualdade Racial), comunidades de matriz africana de São Luís (matrizes afro: Mina, Terecô, Umbanda e Candomblé) junto a outras secretarias de governo como a Secretaria de Estado de Cultura (SECMA) e Secretaria de Turismo (SETUR). Os desdobramentos em termos de interesse pela temática se deu em face pelo conjunto de mudanças e transformações/ renovações que, a priori, algumas comunidades de matriz africana em São Luís-Maranhão vêm apresentando, fazendo esforços para acompanhar/ inserir no cenário político já desenhado pelo governo passado, do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, na criação e fortalecimento de políticas públicas voltadas para a população afrodescendente brasileira, dentre elas: criação da Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial-SEPPIR em 2003; promulgação da Lei 10.639/03, que instituiu a obrigatoriedade da inserção da História da África e suas Culturas nos currículos escolares; no ano de 2009 foi implementada a Política Nacional de Saúde da População Negra, reconhecendo cada vez mais as práticas de saúde e acolhimento realizadas pelas comunidades tradicionais como um saber legítimo (ALVES; SEMINNOTI, 2009, SILVA, 2007).

Temos acompanhado as dinâmicas dessas conjunturas político-culturais, desde nossa pesquisa de campo na graduação (Comunicação Social/ Jornalismo; Letras) como bolsista de iniciação científica (2003) na Universidade Federal do Maranhão-UFMA até os dias atuais no IFMA, de modo mais sistemático a partir do projeto de pesquisa 'Religiões Afro-Maranhenses e Festas Populares', financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão-FAPEMA, junto ao nosso grupo de pesquisa, GEABRAC-Grupo de Estudos Afro-Brasileiros e Culturais. É interessante destacar que essas idealizações e implementações de políticas públicas pelo Estado Brasileiro não deixaram de ser provocadas e influenciadas depois da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, na África do Sul, no ano de 2001, no qual nosso país passou a ter uma política institucional de combate ao Racismo (LIMA, 2010). Em 2010, por meio da Seppir e do movimento negro é instituído o Estatuto de Igualdade Racial com assertivas específicas voltadas para as comunidades de matriz africana, tais como o combate à Intolerância Religiosa e a Liberdade de crenças e o livre exercício de sua fé.

Metodologia:

De maneira mais sistemática já inserido no campo de pesquisa, acompanhamos na cidade de São Luís-Ma., algumas comunidades tradicionais de matriz africana, a exemplo da religião Tambor de Mina, religião tradicional matrilinear de domínio feminino, fundada por negras africanas em meados do séc. XIX, citamos como exemplos dois grupos culturais representados por suas respectivas nações e templos afroreligiosos em nossa cidade: Minas Jeje (de línguas Ewe-Fon- Casa das Minas) e Minas Nagôs (Língua Nagô Abeokutá- Casa de Nagô) (FERRETTI, S., 1996 p. 58). No ensejo destacamos a casa de Tambor de Mina por nós estudada, o Centro Espiritualista de Tambores de São Jorge e Santa Bárbara, o Ilê Ashé Ogum Sogbô, terreiro de linhagem africana de segunda geração, chefiado pelo babalorixá vodunon Airton Gouveia no bairro ludovicense- Liberdade, que tem como característica ser conhecido como "Quilombo Urbano", devido um acentuado número de famílias negras (LINDOSO, 2014, p. 103).

Em relação a metodologia utilizada fazemos referência ao método etnográfico e pesquisa direta-participante em que pudemos acompanhar esse processo de construção e mobilização das caminhadas afroreligiosas, resultado da campanha governamental maranhense lançada desde 2015 por meio da campanha contra a Intolerância Religiosa. Exemplificamos alguns terreiros de Tambor de Mina que integrantes desse processo: Casa das Minas (centro da cidade), Casa de Nagô (centro da cidade), Terreiro de Iemanjá (bairro Fé em Deus), Ilê Ashé Ogum Sogbô (Liberdade), Ilê Ashé Obá Yzoo Ayzan (Liberdade); Ilê Ashé Toy Shapanan (bairro Jardim Tropical); entre outros das matrizes da Umbanda e também Candomblé.

Como procedimentos metodológicos, utilizamos a elaboração de textos de campo, as entrevistas ou conversas informais com alguns líderes, dentre eles Pai Airton Gouveia, Pai Marcio de Xapanã e filhos (as) - de santo Werberth de Badé de algumas casas de Tambor de Mina envolvidas. Fizemos registros fotográficos e de vídeo para melhor captar detalhes compreensivos relativos ao texto antropológico. Distribuímos a equipe de alunos (as) - orientandos (um total de seis pessoas) de nosso grupo de pesquisa com atividades de elaboração de textos e registros audiovisuais, além de discussões preparatórias do artigo em reuniões do nosso grupo de estudos.

Resultados e Discussão:

No ano de 2015, a caminhada afroreligiosa em São Luís-Ma., esteve ligada ao Novembro Negro e as comemorações do dia 20, concernente as festividades da 'Consciência Negra', em que o Governador em exercício na época Flávio Dino, lançou vários programas sociais na área da educação, Produção e Inclusão Social para a população afrodescendente no Maranhão: projeto de lei com percentual de 205 das vagas em concursos públicos para negros (as); Projeto de construção do espaço cultural, Negro Cosme-impotante líder quilombola maranhense; lançamento do Programa 'Mais Inclusão, Igualdade Social', que incentivava pesquisas acadêmicas voltadas para as questões étnico-raciais. Essas ações aconteceram em um dos museus de Cultura Popular Maranhense, a Casa do Maranhão', localizada no Centro Histórico da cidade. A caminhada foi realizada da Casa do Maranhão até a praça Nauro Machado nessa área já citada. Já em 2016, a caminhada afroreligiosa foi realizada também no mês de novembro (dia 18) e foi intitulada "4ª Caminhada pela Liberdade Religiosa"- Quem é de Axé, diz que é!, tendo como percurso as ruas do Centro Histórico da cidade, saindo do Convento da Mercês, prédio tombado como patrimônio Histórico Nacional do séc. XVII em que funcionou o Convento da Ordem dos Mercedários e a antiga fundação José Sarney, até o teatro João do Vale. Nesse último ano de 2017, em face da agenda lotada de eventos, a organização estatal junto aos terreiros transferiu a caminhada para o 21 de Janeiro (dia de combate à Intolerância Religiosa); que mais uma vez foi transferida para o dia 10 de fevereiro. Percebemos que os resultados referentes as caminhadas demandam alguns contrapontos importantes, como a parceria governamental, que muitas vezes formata ou enquadra essas comunidades dentro de suas agendas políticas, institucionalizadas, pois alguns dos organizadores (as) desses eventos em grande parte das vezes são também gestores (as) desse mesmo governo, a exemplo da última caminhada-ano de 2017; outra questão não é basicamente a mobilização, pois ela é feita pelos setores responsáveis junto a pessoas-chaves, dentro do

próprio movimento de povos e comunidades tradicionais de matriz africana, mas a frequência dessas manifestações de cunho político, que precisam elaborar estratégias para atrair e concentrar um contingente maior de público afroreligioso como agentes políticos conscientes e protagonistas desse processo.

Conclusões:

Concluimos que os povos ou comunidades de matriz africana em São Luís-Maranhão estão vivenciando um momento ímpar dentro desse contexto de mudanças e transformações pelas quais estão passando, desde o último governo com o ex-presidente Lula, que não deixou de apontar avanços: organização dos agrupamentos e coletividades culturais identitárias específicas, a partir da categoria 'Povos Tradicionais' e 'Territórios Tradicionais', expressão que revela a existência de grupos na sociedade brasileira que fazem uso coletivo da terra, a partir de usos e costumes que fogem a lógica do mercado, já que estão assentadas em critérios de pertencimento como parentesco, Cultura e Religiosidade (ALMEIDA, 2002). As manifestações públicas estudadas classificadas como 'caminhadas afroreligiosas' atenderam ou estiveram ligadas as agendas políticas governamentais específicas, oportunidades propícias para se diferenciar das gestões anteriores (era Sarney). O Governo Dino aproveitou para lançar programas, campanhas, inaugurar obras-praça, um grande pacote de medidas nos âmbitos da saúde, educação, lazer e entretenimento para a população afrodescendente no Estado, tendo como cenário o dia da consciência negra e o da intolerância religiosa.

Percebemos que o movimento de povos tradicionais de matrizes africanas em São Luís-Maranhão precisa continuar de modo mais incisivo protagonizar suas aparições públicas e reivindicatórias, a partir dessas caminhadas afroreligiosas, exigindo seus direitos de difundir sua fé e existir dentro da sociedade maranhense e brasileira com menos racismo religioso e intolerância. É extremamente necessária a oferta de mais políticas públicas que atendam de maneira especial os povos de matriz africana em nosso Estado para que os mesmos possam ser melhor atendidos no combate aos racismos, discriminações e intolerâncias.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os Quilombos e as novas etnias**. In: O'DWYER, E. C. Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ALVES, Miriam Cristiane; SEMINOTTI, Nedio. **Atenção à Saúde em uma Comunidade Tradicional de Terreiro**. Revista de Saúde Pública, vol 43, supl 1, ano 2009.

FERRETTI, S. **Querebentan de Zomadônu: etnografia da Casa das Minas do Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 1996

LINDOSO, Gerson Carlos P. **Ilê Ashé Ogum Sogbô: etnografia de um terreiro de Mina em São Luís do Maranhão**. São Luís: Café e Lápis; EDUFMA, FAPEMA, 2014.

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial/ Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais. **Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana-Cadernos de Debates**. Ano 2016.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Neopentecostalismo e Religiões Afro-Brasileiras**. Mana, Vol 13 nº 1, 2007.